

O BRASIL VAI PARAR DIA 28

CONTRA AS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA

Numa das maiores mobilizações já vistas, os trabalhadores brasileiros irão cruzar os braços nesta sexta-feira (28) numa greve geral para barrar as propostas que acabam com direitos trabalhistas e previdenciários, impostas pelo presidente ilegítimo Temer e em curso no Congresso.

Além desses retrocessos, outros fatores justificam a greve geral, entre eles a terceirização generalizada aprovada recentemente e o desmonte das empresas públicas, incluindo os bancos.

"Atenta às fortes ameaças à categoria, a diretoria do Sindicato decidiu convocar

os bancários à greve, aprovada em assembleias, contra as arbitrariedades desse governo que tem se empenhado para retirar direitos dos trabalhadores e promover o desmonte dos serviços públicos e do Brasil", afirma o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo.

GOVERNO NÃO COBRA DÍVIDA DE EMPRESAS COM A PREVIDÊNCIA

O governo não quer aumentar os impostos dos mais ricos ou mesmo cobrar dívidas bilionárias de grandes empresas com a Previdência. De acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, essa dívida chega a R\$ 426,07 bilhões, ou seja, quase três vezes o déficit alegado pelo governo. A dívida dos cinco maiores bancos chega a R\$ 1,3 bi. A Caixa deve R\$ 550 mi; o Bradesco, R\$ 465 mi; Banco do Brasil, R\$ 208 mi; Itaú, cerca de R\$ 89 mi; e Santander, R\$ 80 mi.

NÚMEROS NÃO JUSTIFICAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Segundo especialistas em economia, matemática, engenharia e computação, que analisaram a metodologia usada para justificar a reforma previdenciária, os números contrariam as políticas econômicas traçadas pelo Ministério da Fazenda. As informações, segundo eles, foram insuficientes para estimar os impactos da reforma e não deram respostas para as projeções atuariais da proposta e quais os impactos em termos de número de pessoas afetadas.

OAB E CNBB CONTRA O DESMONTE DA PREVIDÊNCIA

Em nota conjunta, a OAB, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticam a falta de debate com a sociedade sobre a reforma da Previdência. As entidades afirmam que a reforma não pode ser aprovada apressadamente e nem colocar os interesses do mercado financeiro e de ordem econômica acima das necessidades da população. Defendem que mudanças nas regras devem garantir a proteção aos vulneráveis.

MPT CONTRA RETIRADA DE DIREITOS

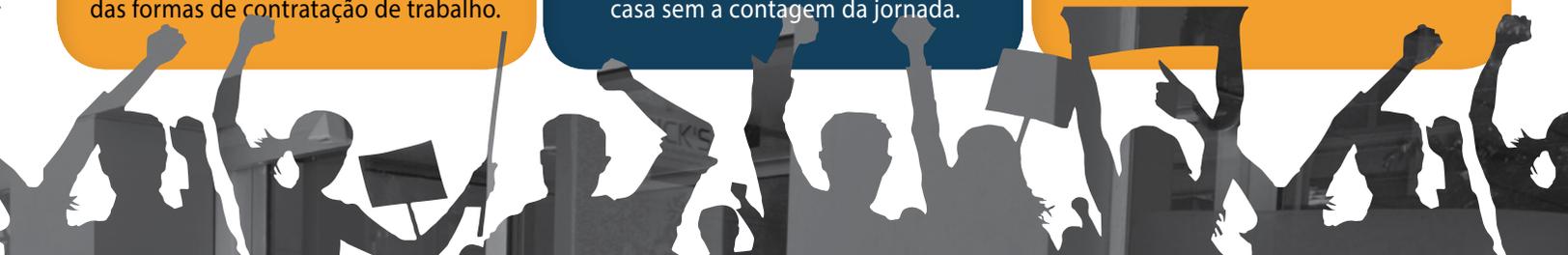
O Ministério Público do Trabalho (MPT) assegura que a reforma trabalhista ataca vários direitos. Esclarece que a reforma enfraquece a atuação sindical, com a proibição de contribuições em norma coletiva e que, além disso, estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado, incitando o uso da negociação coletiva para reduzir direitos. Outro prejuízo é a flexibilização das formas de contratação de trabalho.

JUSTIÇA DO TRABALHO CRÍTICA REFORMA

Representantes de magistrados da Justiça Trabalhista afirmam que a reforma trabalhista precariza as relações de trabalho e retira direitos dos empregados. Entre os pontos criticados estão: as limitações à jurisprudência da Justiça, a possibilidade de trabalho intermitente, o aumento do custo das ações trabalhistas para o empregado e o teletrabalho, além da previsão de trabalho em casa sem a contagem da jornada.

PAPA TAMBÉM CONDENA REFORMAS

Em carta enviada ao presidente Temer, segundo a mídia, o Papa Francisco recusa convite feito por ele para visitar o país, alegando que as reformas vão atingir os mais pobres. Para ele, esses são os que pagam o preço mais amargo e dilacerante por conta de soluções fáceis e superficiais tomadas para combater crises que ultrapassam a esfera financeira.



RODOVIÁRIOS, METROVIÁRIOS, PROFESSORES, VIGILANTES... TODOS CONTRA O RETROCESSO!

A classe trabalhadora brasileira está em compasso de espera para a greve geral desta sexta-feira (28), quando o Brasil vai parar. Convocada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, a paralisação já tem a garantia de adesão de diversas categorias que irão dizer não às nefastas reformas trabalhista e previdenciária, ao fim dos concursos públicos, à privatização dos bancos, das demais estatais e ao desmanche do serviço público, entre outros retrocessos do governo ilegítimo de Temer.

A hora é agora. "O rumo que será dado ao nosso futuro depende do que realizaremos ao longo dos próximos dias", alertam os dirigentes sindicais, lembrando que a greve geral possui condições de ser um dos movimentos de luta mais importantes da classe trabalhadora neste século.

Os bancários e bancárias de Brasília já estão prontos para a greve. O Sindicato organizou o movimento em assembleias realizadas nos dias 20 e 25, em cumprimento às exigências legais (Lei de Greve) e para que

os trabalhadores possam participar da paralisação com seus direitos resguardados.

Diversas outras categorias de todo o país já aprovaram sua participação no movimento que a cada dia ganha mais força contra as arbitrariedades de Temer.

Até o fechamento desta edição, eram as seguintes as categorias que aprovaram a adesão à greve:

- Rodoviários
- Metroviários
- Petroleiros
- Aeronautas (aeroviários)
- Aeroportuários
- Jornalistas
- Professores/escolas públicas e privadas
- Professores e servidores da UnB
- Radialistas
- Urbanitários e Eletricitários
- Vigilantes
- Policiais civis
- Funcionários da construção civil
- Funcionários do comércio

- Servidores da saúde
- Urbanistas e eletricitários
- Motoboys
- Metalúrgicos
- Servidores da administração do GDF
- Servidores da Assistência Social e Cultural do DF
- Servidores da Caesb
- Servidores da Câmara Legislativa
- Servidores do Detran
- Servidores do Judiciário e MPU
- Servidores públicos federais
- Servidores públicos municipais de Valparaíso, Águas Lindas, Campos Belos, Formosa, Planaltina de Goiás, São João da Aliança, Padre Bernardo
- Trabalhadores da Educação
- Trabalhadores da hotelaria, bares e restaurantes
- Trabalhadores da limpeza urbana
- Trabalhadores do serviço de informática e processamento de dados
- Trabalhadores do transporte de valores
- Trabalhadores dos Correios
- Trabalhadores em Telecomunicação

CENTRAL SINDICAL ESPANHOLA APOIA GREVE GERAL

A central sindical espanhola CCOO enviou uma carta à CUT Nacional para manifestar apoio à greve geral. No documento, a organização aponta a preocupação com retrocessos sociais, caso a agenda Temer seja aprovada.

GREVE É UM DIREITO CONSTITUCIONAL. EXERÇA-O!

Conforme artigo 9.º da Constituição Federal e a lei 7.783, a greve é um direito assegurado aos trabalhadores. A lei estabelece alguns requisitos para o exercício desse direito, como

meio de garantir que seja exercido com legitimidade. No caso dos bancários, todos os requisitos necessários para a deflagração da paralisação foram cumpridos pelo Sindicato.